



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
9ª Comissão - Direitos Humanos e Segurança Pública.

PARECER N.º 799/2020

Processo de n.º 000877/2020

Relator: DEPUTADO CABO BEBETO

Versa o presente processo sobre o Projeto de Lei Ordinária n.º 357 de 2020 de autoria do Deputado Estadual Inácio Loiola, por meio do qual torna obrigatória a afixação de cartazes em dependências de todos os órgãos jurisdicionais, carcerários e policiais no âmbito do Estado de Alagoas, exibindo o disposto no artigo 43 da Lei Federal n.º 13.869/2019.

A presente matéria nos fora encaminhada após receber parecer favorável na 2ª Comissão, no que diz respeito à constitucionalidade, cabendo a esta Comissão analisar o mérito da matéria.

Inicialmente, é importante salientar que o Projeto de Lei em comento visa tornar evidente, nos ambientes a que se refere, as penalidades imputadas àqueles que violarem os direitos e prerrogativas do advogado no exercício de sua função conforme segue:

Art. 43. A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-B:

“Art. 7º-B Constitui crime violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II, III, IV e V do caput do art. 7º desta Lei:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.”

Quanto ao mérito da matéria apresentada, vê-se que o objetivo do proponente é dar maior proteção ao profissional advogado quando do exercício de suas funções, buscando

h.

M.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
9ª Comissão - Direitos Humanos e Segurança Pública.

maior respeito a seus direitos e prerrogativas visando que, como dito em sua justificativa, *“o advogado exerça de forma plena e livre a sua profissão, garantindo a essencialidade do advogado no meio jurídico brasileiro”*.

Contudo, é preciso que o respeito profissional seja uma via de mão dupla de sorte que apesar de louvável o mérito do Projeto de Lei em análise, é preciso que a mesma mensagem seja repassada a todos aqueles que diariamente lidam com servidores públicos, nos locais indicados no art. 2º do PLO, no que diz respeito aos crimes de Desobediência e Desacato previstos nos artigos 330 e 331 do Código Penal Brasileiro.

CONCLUSÃO

Diante das razões acima expostas, somos pela aprovação do referido Projeto de Lei, com a Emenda Modificativa em anexo.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES EM MACEIÓ 09 de DEZEMBRO de 2020.

Carlos Belito PRESIDENTE.

Carlos Belito RELATOR

[Assinatura]
Angela Ganoti



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
9ª Comissão - Direitos Humanos e Segurança Pública.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 AO PROJETO LEI Nº 357/2020.

**ALTERA OS ARTS. 1º E 3º DO PROJETO DE LEI
357/2020.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º. O art. 1º do Projeto de Lei 357/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Torna obrigatória a fixação de cartaz em dependências de todos os órgãos jurisdicionais, carcerários e policiais, no âmbito do Estado de Alagoas, exibindo o disposto no art. 43 da Lei federal n.º 13.869/2019, que tornou crime o ato de violar direito ou prerrogativa de advogado, assim como os disposto nos artigos 330 e 331 do Código Penal Brasileiro que tratam dos crimes de desobediência e desacato."

Art. 2º. O art. 3º do Projeto de Lei 357/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 3º. (...)

"Artigo 43 da Lei Federal nº 13.869/2019

Constitui crime violar direito ou prerrogativa de advogado, previstos nos incisos II, III, e V do caput do art. 7º da Lei n.º 8.906/94. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa."

"Artigo 330 do Código Penal Brasileiro

Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
9ª Comissão - Direitos Humanos e Segurança Pública.

“Artigo 331 do Código Penal Brasileiro

Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 09 de 12 de 2020.

Assinatura manuscrita em azul de Cabo Bebeto.

CABO BEBETO
Deputado Estadual